

Acordo com o FMI envolve custo adicional

Meta de superávit primário terá de subir de 3,75% para 3,88% do PIB

LU AIKO OTTA
e SHEILA D'AMORIM

BRASÍLIA – O novo acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que envolverá empréstimos adicionais de US\$ 30 bilhões ao País, não foi conseguido “sem custo adicional”, como havia afirmado o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no dia 8 de agosto. Além do que já havia sido divulgado, será necessário um esforço adicional de R\$ 1,7 bilhão, porque a meta de superávit primário, este ano, passou de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) para 3,88%. O superávit primário resulta da diferença entre receitas e despesas, exceto juros, de todo o setor público. No total, a economia necessária passou de R\$ 48,6 bilhões para R\$ 50,3 bilhões.

Também o próximo governo já começa amarrado a dois compromissos. Se, para todo o ano de 2003, a meta de superávit primário é de 3,75% do PIB, nos

12 meses compreendidos entre julho de 2002 e julho de 2003, a meta terá de atingir 3,9% do Produto Interno Bruto. Isso estará sob estrita vigilância do Fundo, que fará a reavaliação das metas a cada três meses. A revisão levará em conta o comportamento do câmbio, dos juros e do crescimento do PIB. A primeira revisão do acordo está marcada para novembro, quando o novo presidente já estará eleito. Se for de seu interesse, seus assessores poderão participar das discussões.

EXIGÊNCIA
PODE MUDAR
COM REVISÕES
TRIMESTRAIS

O próximo presidente também deverá cumprir, no primeiro semestre de seu mandato, 59% da meta do saldo primário previsto para 2003. Segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, essa cláusula reflete algo que já acontece com as contas públicas. Historicamente, explicou, mais de 60% do superávit primário do ano é realizado nos primeiros seis meses, quando a arrecadação é mais alta. No segundo semestre, os gastos

Com a meta de

3,75%

do PIB, o governo teria de fazer, em 2002, um superávit primário de R\$ 48,6 bilhões



“Os termos do acordo foram comunicados com todas as letras aos candidatos no encontro que mantiveram com o presidente no dia 19 de agosto”
(Ministro Pedro Malan)

aumentam.

O novo acordo deverá ser aprovado pelo “board” do FMI amanhã. Pelo texto, o futuro presidente também corre o risco de ter de apertar ainda mais suas contas, com a revisão trimestral. Antecipada pelo **Estado** em suas edições de sábado e domingo, essa informação somente foi divulgada ao público ontem. Segundo Malan, eles já eram de conhecimento dos quatro principais candidatos à Presidência da República. O ministro afirmou

que tudo foi dito “com todas as letras” a eles no dia 19 de agosto, nas reuniões com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Comunicação – Confrontado com a informação de que o candidato do PSDB, José Serra, havia declarado não ter conhecimento da nova meta, Malan reafirmou que tudo havia sido dito na reunião do dia 19. Ele afirmou ainda que os documentos do acordo foram enviados a três candidatos no último dia 29, precedidos

por conversa telefônica. Um deles (Malan não disse qual) recebeu os papéis só ontem, “por problema de comunicação”. O ministro disse que a nova meta não foi divulgada ao público no dia 8, quando o novo acordo foi anunciado, porque ainda estava sendo calculada na ocasião. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier,

A nova meta de

3,88%

do PIB vai exigir um esforço adicional de R\$ 1,7 bilhão, ou uma economia de R\$ 50,3 bilhões

chefe da missão negociadora em Washington, disse que estava em discussão um aumento do superávit primário ainda maior, para 3,92% do PIB. No entanto, foi possível fechar o acordo em 3,88%.

A decisão de apertar ainda mais as contas deste ano, segundo Malan, se deu por duas razões. A primeira é mostrar o compromisso do governo com o objetivo de estabilizar e depois reduzir gradualmente o saldo da dívida pública, que chegou a 61,9% do PIB em julho.

A segunda é incorporar às contas públicas o aumento de arrecadação que ocorrerá por causa de duas medidas provisórias editadas recentemente: a de número 38, que dá desconto de multa e juros para quem desistir de ações contra a Receita Federal na Justiça, e a 66, que contempla uma série de outras medidas que deverão elevar a arrecadação. O aumento do saldo primário das contas fe-

derais, portanto, ocorrerá pelo crescimento da receita e não por novos cortes nos gastos do Orçamento de 2002.

TEXTO
DEVE SER
APROVADO
AMANHÃ